

Boletim



Coordenação da “Auditoria Cidadã da Dívida” – nº 4 – 8 de outubro de 2002



Vejam neste número

O Acordo com o FMI

O novo acordo do Brasil com o FMI foi considerado pela grande mídia como a salvação da lavoura. Será? (pág 5)

O “sucesso” das exportações brasileiras

O governo e a mídia comemoram os saldos comerciais atingidos no ano. Eles podem resolver o problema do nosso endividamento externo? (pág 6)

A Carta de Belo Horizonte

Vejam o manifesto lido e aprovado durante o Seminário Internacional “DÍVIDA, uma Ameaça à Soberania”, realizado pela Campanha Auditoria Cidadã da Dívida” em Belo Horizonte, no dia 30 de agosto de 2002. (pág 4)

Números da dívida

Vejam quanto o país pagou de juros até julho, quanto foi destinado a todas as áreas sociais, e a delicada situação das contas externas brasileiras em 2002. (pág 2)

E mais:

- Especulação com o dólar em apenas um dia custou ao governo mais que toda a verba para saneamento para o ano;

- Veja quanto os bancos já lucraram no primeiro semestre de 2002 (pág 8)

Elaboração
Rodrigo Vieira de Ávila
Economista – Auditoria Cidadã da Dívida

Números da dívida

De janeiro a julho, o Governo Federal destinou R\$ 22,138 bilhões em dinheiro vivo do orçamento para o pagamento de juros da dívida (o chamado “superávit primário”). Ou seja, quase tudo que foi gasto, até 31 de julho, com todas as áreas sociais (Segurança Pública, Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Organização Agrária e Energia). E a dívida diminuiu por causa deste enorme sacrifício imposto à sociedade? Como sempre, não. Se considerarmos somente a dívida mobiliária federal interna, esta passou de R\$ 624,1 bilhões em dezembro de 2001 para R\$ 674,4 bi em julho. A Dívida Consolidada da União, que soma esta dívida com a externa, já chega a R\$ 1,175 trilhão.

Quando observamos o orçamento da União de 2002, vemos como o governo dá prioridade absoluta ao setor financeiro, gastando com a dívida cerca de R\$ 110 bi. Isto é mais do que a soma de todos os itens selecionados na tabela abaixo (R\$ 67 bi), nos quais se incluem gastos fundamentais como saúde, educação, reforma agrária, etc. Além disto, enquanto o governo já gastou com a dívida interna 57,47% do que programou para o ano, apenas destinou 38,3% do programado para 2002 com os demais itens selecionados.

JANEIRO A JULHO DE 2002 - GOVERNO FEDERAL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Orçamento (itens selecionados)	Previsto (R\$ mil) (Dotação Anual)	Realizado (R\$ mil) até Julho (Valores Liquidados)	Liquidado (%)
Segurança Pública	2.119.606	723.183	34,12
Assistência Social	6.430.811	3.319.635	51,62
Saúde	26.104.859	11.369.306	43,55
Educação	14.298.597	6.468.496	45,24
Cultura	370.910	85.745	23,12
Urbanismo	795.536	9.897	1,24
Habitação	226.099	1.846	0,82
Saneamento	248.984	249	0,10
Gestão Ambiental	2.790.270	291.173	10,44
Ciência e Tecnologia	2.182.133	611.906	28,04
Agricultura	8.976.763	2.120.940	23,63
Organização Agrária	1.561.023	449.947	28,82
Energia	1.294.075	363.843	28,12
Sub-total	67.399.666	25.816.166	38,30
Serviço da Dívida Interna	83.022.305	47.714.029	57,47
Serviço da Dívida Externa	27.705.427	10.477.173	37,82
Serviço da Dívida - Total	110.727.732	58.191.202	52,55

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal e Outros Demonstrativos, pág 11. Disponível no site:

http://www.stn.fazenda.gov.br/contabilidade_governamental/gestao_orcamentaria.asp

Enquanto isto, a dívida externa atingiu em junho (segundo a última informação do governo) a cifra de US\$ 219,038 bilhões, o que já reflete o saque de US\$ 10 bilhões do FMI feito em junho (mas ainda não considera o saque de US\$ 3 bi feito agora, como resultado novo acordo com o Fundo). Se considerarmos os empréstimos intercompanhias (ou seja, empréstimos tomados por filiais de

multinacionais instaladas no Brasil junto à sua matriz no exterior), que foram separados da contabilidade da dívida, o montante desta atingiu US\$ 235,815 bi em junho.

Por causa desta dívida, pagamos ao exterior, até agosto, US\$ 8,497 bilhões de juros, isto é, mais do que conseguimos com a balança comercial no mesmo período (ver artigo sobre as exportações brasileiras). Acrescentando-se a este rombo até agosto nossas remessas de lucros (US\$ 3,427 bi), os gastos com viagens e transportes (US\$ 1,911 bi), e as remessas de royalties e licenças (US\$ 0,742 bi), chegamos a um buraco de cerca de US\$ 14 bi em nossas contas externas, que, descontados os US\$ 5,4 bi da balança comercial, provoca o nosso déficit em transações correntes de cerca de US\$ 8,5 bilhões apenas até agosto. Este rombo é financiado, preponderantemente, com a entrada de investimento estrangeiro direto (IED), que já somou US\$ 9,5 bi no ano. Na realidade, este IED não seria, propriamente, um investimento, pois significa, preponderantemente, a mera compra de empresas nacionais por estrangeiras, ou mesmo o financiamento da compra de títulos públicos por estas empresas. E quando tivermos vendido toda a estrutura produtiva nacional, como fez a Argentina?

Agravando este quadro, se compararmos esta entrada de IED com a observada no mesmo período do ano passado, veremos que este capital está minguando. Em 2001, até agosto, já tinham entrado US\$ 16 bi de IED, contra apenas US\$ 9,5 bi até agosto deste ano. Se observarmos os investimentos em carteira (ações, títulos de renda fixa), de janeiro a agosto de 2001 entraram US\$ 3,7 bi. Por outro lado, observamos, neste ano, uma saída de US\$ 1,9 bi nos investimentos em carteira. Com relação aos empréstimos, neste ano, apenas metade dos vencimentos da dívida externa do setor privado será rolada (isto é, serão feitas novas dívidas para pagar as anteriores), enquanto que no ano de 2001, 100% da dívida foi rolada e ainda obtivemos mais empréstimos externos. Os ingressos líquidos de empréstimos em 2001 foram de US\$ 6 bi, contra uma projeção de apenas US\$ 1,1 bi neste ano, levando-se em conta que teremos aportes líquidos do FMI muito maiores em 2002 (de US\$ 11,4 bi, contra apenas US\$ 6,5 bi em 2001). Tudo isto reflete a diminuição das ofertas de crédito para o Brasil, ou seja, as empresas nacionais estão tendo de comprar a moeda americana e enviá-la ao exterior para pagar estas dívidas.

Como resultado disto, segundo o próprio Banco Central, as remessas de dólares para o exterior através das contas CC-5 foram, apenas até agosto deste ano, de US\$ 5,11 bilhões, isto é, 67% maiores que no igual período do ano passado. O que nos leva a perguntar: por que o pagamento destas dívidas se dá através das contas CC-5, que não exigem explicações sobre o motivo da remessa? E por que o governo irá aumentar a fiscalização desta conta apenas em dezembro deste ano, no final de seu governo? É bom lembrar que, em setembro de 2001, o governo reconheceu um “erro” na contabilidade da dívida externa brasileira de US\$ 32,7 bilhões, dos quais US\$ 16 bi se referiam a algumas dívidas que haviam sido pagas sem que o próprio Banco Central soubesse...

Do total da dívida externa, 41,6% são remunerados a juros flutuantes (isto é, os credores podem, a qualquer momento, aumentar o que pagamos a eles) e, sobre os restantes 58,4%, incidem juros fixos. Para termos uma idéia aproximada da taxa média de juros que estamos pagando aos nossos credores, vejamos a previsão de pagamentos de juros para este ano, feita pelo Banco Central: US\$ 17 bilhões, ou seja, cerca de 8% do estoque da dívida existente no início do ano (US\$ 210 bilhões). Por aí podemos depreender que temos de remunerar nossos credores com taxas de juros equivalentes ao quádruplo das pagas pelos Estados Unidos (menos de 2%), sob a desculpa de que seríamos um “mau pagador”. Ou seja, temos de cobrir o chamado “Risco Brasil”, para convenceremos os nossos credores a aplicarem seu dinheiro no Brasil. O Risco-país, portanto, possibilita anualmente um roubo, por parte dos credores internacionais, de cerca de US\$ 13 bilhões de dólares, isto é, mais do que tudo que conseguiremos com o nosso tão festejado superávit comercial em 2002.

Atualmente, o “Risco Brasil” supera os 20%, isto é, se quisermos convencer os investidores a comprar novos títulos brasileiros, teremos de remunerá-los a uma taxa de, no mínimo, 22% ao ano, ou seja, a taxa americana (2%), mais o componente de “risco”. Na verdade, este componente sempre foi um meio de espoliação de nossas riquezas, uma vez que sempre fomos excelentes pagadores ao longo de décadas.

A Carta de Belo Horizonte

No dia 30 de agosto de 2002, realizamos o Seminário Internacional “DÍVIDA: Uma Ameaça à Soberania”, para debater, em conjunto com outros países da América Latina, uma alternativa de renegociação das dívidas mais justa, transparente, e que esteja voltada aos interesses dos povos e não somente dos especuladores e investidores, como quer Anne Krueger, vice-diretora do FMI. Estiveram presentes, além dos palestrantes da Argentina, Equador e Peru, entidades sindicais, parlamentares, estudantes universitários e de diversos colégios de Belo Horizonte, além de representantes de diversos órgãos e entidades. No evento, elaboramos a Carta de Belo Horizonte, lida e aprovada pelos presentes, da qual reproduzimos o trecho abaixo:

“As dívidas representam o ponto de maior vulnerabilidade das economias dos países latino-americanos, tornando-os altamente dependentes de um modelo ditado pelos organismos financeiros internacionais, que têm se prestado a defender os interesses do capital e dos países ricos.

O elevado endividamento dos países e a destinação de grande parcela dos recursos orçamentários para o serviço das dívidas representam quebra da moralidade pública, pois comprometem o atendimento das necessidades sociais básicas da população, impedindo o crescimento econômico, provocando desemprego e crise social.

O sobre-endividamento faz parte de um modelo de economia que tem como fonte de financiamento principal a poupança externa acima dos recursos internos do país, ligado a um modelo de produção e consumo imitativo dos países industrializados e ecologicamente insustentável.

Os credores, capitaneados pelo FMI e Banco Mundial, exigem a implementação de políticas de ajuste estrutural e fiscal que têm aprofundado as crises dos países, tornando-os cada vez mais dependentes e vulneráveis. Tais organismos fingem estar “socorrendo” as economias dos países endividados, mas, na verdade, atuam no sentido de assegurar a perpetuação da dívida e o pagamento crescente dos seus serviços a juros escorchantes.

A proposta de renegociação apresentada pela vice-diretora do FMI é mais um engodo. Apresenta-se como única saída possível, mas, na realidade, representará a institucionalização do fim da soberania dos países que a ela se submetem. O caso argentino tem sido uma espécie de experimentação desse modelo de renegociação intervencionista, obscuro e desrespeitoso.

A discussão de uma alternativa de renegociação justa e transparente da dívida, iniciada há alguns anos na Europa e na América Latina, teve continuidade em março de 2002, em Guayaquil, Equador, quando se acatou a proposta da representante brasileira de auditoria pública como parte integrante desse processo. O momento é propício para retomar e aprofundar essa discussão, tendo em vista a gravidade da crise argentina e também do Brasil

que, em oito anos de governo FHC, recorreu ao FMI três vezes, aumentou o endividamento e provou que as políticas adotadas são equivocadas e contrárias aos interesses da sociedade brasileira. Mesmo com o crescimento significativo da arrecadação tributária e os recursos gerados pelas privatizações, não houve crescimento econômico, nem melhoria das condições de vida da população.

As pessoas, entidades e movimentos sociais reunidos em Belo Horizonte discutiram a temática da Dívida a partir da realidade dos quatro países representados no encontro – Argentina, Equador, Peru e Brasil – e elaboraram uma série de propostas, objetivando colocar em prática ações que nos levem a um outro modelo econômico, focado no respeito aos direitos humanos e dos povos, que garanta a implementação de um projeto de desenvolvimento sustentável, participativo e justo.”

Belo Horizonte, 30 de agosto de 2002

Entidades/órgãos: Apubh, Associação de Auditores da Paraíba, Associação Gaúcha dos Fiscais de Trabalho, Adufe-CE, Anfip, Aait, Credifisco, Sinaif, Sinal, Sindibel, Sindifisp, Sincaf, Sinfisco, Sitraemg, Unafisco Sindical, Comitê Mineiro do Fórum Social Mundial, CNBB, Conselho Municipal de Saúde, Consulta Popular, Grupo Fé e Política, Marista, Proutista Universal, Abraço BH, Câmara Americana de Comércio, Corecon / SP, Inss, Ministério da Fazenda, Banco Central, Ministério do Trabalho, Procuradoria da República.

Universidades: Puc-MG, UFMG, Fumec, Milton Campos, Uni/BH, Unsp, Unileste, Una.

Parlamentares: Sérgio Miranda (PC do B / MG), Paulo Delgado e Durval Ângelo (PT / MG).

(*) A íntegra da Carta e a Consolidação das Propostas dos grupos de trabalho encontram-se disponíveis na página: www.unafiscobh.com.br, no item Auditoria Cidadã.

O Acordo com o FMI

Em agosto, o governo atual recorreu pela terceira vez ao Fundo Monetário Internacional, para conseguir mais um empréstimo, e, em 6 de setembro, a diretoria do Fundo aprovou os termos do acordo de US\$ 30 bilhões (a vigorar até 2003), dos quais 3 bilhões já foram sacados pelo Brasil. Como sempre, a cobertura da mídia foi de extrema parcialidade, apontando o FMI como “quem salvou o país”, ou quem “nos tirou do sufoco”. Porém, se observarmos as condicionalidades impostas por este acordo, veremos que ele pode levar o país a uma situação de completo colapso já no final deste ano.

Com as contas externas deficitárias há 8 anos, devido ao modelo econômico adotado por FHC, o Brasil tem necessitado do aporte de capitais estrangeiros para se sustentar. Além da balança comercial ter se tornado deficitária a partir de 1995, o governo atual elevou as remessas anuais de juros de US\$ 10 bi para US\$ 15 bi, as remessas de lucros de US\$ 1 bi para US\$ 5 bi, e os gastos com viagens e transportes de US\$ 1 bi para US\$ 4 bi, na esperança de que a vinda de capitais externos fechasse este rombo. Porém, isto não se concretizou, e tivemos sempre de recorrer aos pacotes de “ajuda” do FMI.

À primeira vista, se pensaria que o novo pacote viria auxiliar o processo de desenvolvimento econômico nacional, porém, a grande maioria destes recursos nem chegará ao Brasil. Na verdade, servirá apenas para, assim como no acordo de 1998, permitir que os investidores estrangeiros retirem seus dólares do país. Quando analisamos a evolução das reservas cambiais ao longo do ano, isto se torna claro e evidente.

No início de 2002, nossas reservas estavam em US\$ 37,2 bilhões. Em abril, o país antecipou o pagamento de uma parcela para o FMI, no valor de US\$ 4,2 bilhões, o que foi anunciado pela mídia como uma prova de que “o país estava com suas contas externas em uma situação excelente”. Este pagamento, na verdade, nos custou a queda de nossas reservas para US\$ 33 bilhões. Dois meses depois, em junho, contraditoriamente, o mesmo governo saca mais US\$ 10 bi do FMI, levando nossas reservas para

artificiais US\$ 42 bilhões, e começa a vender dólares no mercado, na tentativa de abaixar a cotação do dólar. Até agosto, já foram queimados US\$ 4,5 bilhões nestas operações obscuras, que apenas beneficiam os especuladores do mercado financeiro, compradores da moeda americana (ver notícia sobre a especulação com o dólar e a dívida pública). Como resultado disto, nossas reservas caíram para US\$ 37,6 bi no final de agosto, e os US\$ 3 bi sacados do FMI no início de setembro (já dentro do novo acordo) apenas servirão para recompor – apenas parte – do que foi queimado nestes 3 meses.

Além das costumeiras exigências de superávit fiscal (de leoninos 3,88% do PIB), e de outras cláusulas nas quais o governo se compromete a realizar a reforma tributária (em andamento através da Medida Provisória n. 66), a privatizar mais bancos estaduais, forçar o processo de “independência” do Banco Central (o que impedirá que o novo governo possa ditar os rumos da nossa economia), e cobrar contribuições dos servidores inativos, há um ponto do acordo que se destaca. Nele, o FMI permite que possamos queimar quase todas as nossas reservas cambiais para “segurarmos o real”, deixando apenas um mínimo de US\$ 5 bilhões, o que corresponde a apenas um mês de importações.

Em suma, no início do ano que vem, estaremos definitivamente de joelhos perante o mundo, não tendo dólares para importarmos sequer petróleo, trigo, ou qualquer outra coisa. Ao mesmo tempo em que a grande mídia poderá, nitidamente, se aproveitar desta situação para apontar o novo governo como o grande responsável pela crise (na tentativa de desmoralizar qualquer alternativa ao modelo econômico atual), o FMI se utilizará disto para controlar completamente o próximo governo, forçando-o a fazer qualquer concessão para receber o restante deste empréstimo. Ou aderir à sua indecente proposta de renegociação (ver folheto distribuído durante o Seminário Internacional, disponível na página www.unafiscobh.com.br).

O “sucesso” da balança comercial brasileira

Em setembro, o governo divulgou o resultado da balança comercial de janeiro até agosto, um saldo de US\$ 5,4 bilhões. Apesar do governo comemorar o maior superávit comercial desde 1994, somente nossas remessas de juros da dívida externa totalizaram US\$ 8,497 bilhões neste mesmo período, isto é, mais do que este tão festejado saldo comercial. Acrescentando-se a este rombo até agosto nossas remessas de lucros (US\$ 3,427 bi), os gastos com viagens e transportes (US\$ 1,911 bi), e as remessas de royalties e licenças (US\$ 0,742 bi), chegamos a um buraco de cerca de US\$ 14 bi em nossas contas externas, que, descontados os US\$ 5,4 bi da balança comercial, provoca o nosso déficit em transações correntes de cerca de US\$ 8,5 bilhões apenas até agosto.

E por mais que se aponte nossa capacidade exportadora como causa deste superávit, este foi conseguido através da diminuição das importações, e não do aumento das exportações, que, na verdade, diminuíram em relação ao mesmo período do ano passado. Mas o que estaria ocorrendo então com as exportações brasileiras?

Segundo o Relatório Anual da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento), o Brasil não exporta nenhum dos 20 produtos com maior dinamismo no mercado mundial (isto é, cuja venda cresce mais que a média do comércio internacional). Estes produtos, notadamente os provenientes de setores como eletroeletrônicos, telecomunicações e informática, além de não serem exportados pelo Brasil, são responsáveis por um grande rombo na nossa balança de comércio, que apenas é coberto pelo superávit comercial do segmento de produtos primários. Ainda segundo o relatório, a América do Sul inteira está largamente excluída do grupo de exportadores de produtos mais dinâmicos.

Fato que traz novamente à tona, meio século depois, a análise clássica de Prebisch (1949) sobre os desequilíbrios do comércio internacional. O que ele dizia naquele estudo, que continua atualíssimo? Os produtos cuja demanda mais cresce no mercado mundial são

extamente os que dispõem de maior tecnologia, enquanto os produtos primários, por não agregarem valor, não ocasionam um aumento na receita dos países primário-exportadores. O que condiciona estes últimos a se tornarem eternamente dependentes dos financiamentos dos países do Primeiro Mundo, como ocorre no Brasil.

O estudo da UNCTAD também aponta um paradoxo, que somente pode ser explicado pela natureza do processo de globalização experimentado na última década. Apesar dos países em desenvolvimento terem uma participação cada vez maior no comércio mundial de manufaturados, isto não se traduz em um aumento nas receitas obtidas por estes países. Isto ocorre devido ao fato deste aumento de exportações industriais não significar a agregação de valor aos produtos destes países, mas sim, a instalação de plantas montadoras estrangeiras que, aproveitando a abundância de mão de obra desempregada no Terceiro Mundo, podem trazer seus componentes já prontos de seus países de origem, e utilizarem mão de obra barata para montá-los, depois reexportando-os. Como resultado, as receitas obtidas com essas exportações são anuladas pelas importações de componentes semi-acabados.

Isto ocorreu em grande medida no México, por ocasião da sua entrada no NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte, formado pelo México, Canadá e Estados Unidos), aonde se instalaram as chamadas indústrias “maquiladoras”, que empregam trabalhadores sem direitos trabalhistas, e em condições precárias. Este aumento das exportações mexicanas é frequentemente citado como exemplo do “sucesso” da entrada deste país ao NAFTA, e, por tabela, como um argumento a favor da entrada do Brasil na ALCA. Porém, o outro lado da moeda não é citado, ou seja, o aumento brutal das importações, e a perda de direitos trabalhistas.

É preciso ver qual será a escolha do Brasil. Se irá optar pelo caminho mexicano, sem desenvolver tecnologia própria, ou pelo asiático, como Coréia e Taiwan, que implantaram cadeias

inteiras em seus territórios, e assim produziram seus próprios componentes. Se optar pelo segundo caminho, o país poderia eliminar o rombo que tem em sua balança comercial de eletro-eletrônicos, e até mesmo exportar produtos cuja demanda é mais dinâmica no mercado mundial.

Por outro lado, se for adotada a primeira opção, as nossas exportações dificilmente poderão compensar as nossas remessas ao exterior. Porém, mesmo que nos desenvolvamos tecnologicamente, dificilmente o país poderá, a curto prazo, reverter a delicada situação externa, na qual, a cada ano, somos obrigados a vender continuamente empresas nacionais a controladores estrangeiros, a pretexto de receber fluxos de “investimento” estrangeiro, apenas para cobrirmos o rombo gigantesco das nossas contas externas.

O que nos revela a inteligente tática que os países desenvolvidos utilizam para perpetuar a nossa dependência, consentida e implantada pelo governo atual. Para pagarmos a dívida externa (apenas os juros, diga-se de passagem), nos tornamos fornecedores de produtos primários para o 1º Mundo, e damos o controle da economia nacional a empresas estrangeiras. Porém, o ciclo continua, com estas empresas

passando a remeter lucros para seus países de ⁷ origem, e importando componentes de seus fornecedores habituais (do exterior), o que aprofunda ainda mais a nossa necessidade de endividamento.

A única saída para este problema é, a curto prazo, uma auditoria na nossa dívida externa pública (já paga várias vezes) e condicionar as empresas privadas que tomam empréstimos no exterior a aumentar sua receita equivalente em dólar (oriundas de exportações), pelo menos em montante equivalente aos juros que devem remeter ao exterior, além de impedir que o governo assuma estas dívidas, como sempre ocorreu no Brasil.

E, a longo prazo, somente a nossa capacitação tecnológica pode impedir que o país, novamente, entre em um ciclo perverso de endividamento externo.

Para um maior aprofundamento, ver:

Prebisch, R. (1949) “O Desenvolvimento Economico da America Latina e Alguns dos seus Principais Problemas”, Revista Brasileira de Economia.

Curtas

Especulação com o dólar em apenas um dia custou ao governo mais que toda a verba para saneamento durante o ano de 2002

No dia 24 de setembro, ficou mais uma vez clara a prioridade absoluta do governo com o setor financeiro, em detrimento do gastos sociais. No dia seguinte (25), venciam US\$ 1,52 bilhão de dólares em títulos cambiais, ou seja, o governo deveria pagar, em reais, esta quantia aos seus credores, de acordo com a cotação do dólar no dia anterior. Para ganharem mais dinheiro do governo, portanto, os bancos e especuladores em geral forçaram a alta da moeda americana, que se valorizou 5,73% em um só dia, valorização esta apenas inferior à dos dias da maxi-desvalorização do real, no início de 1999. Como resultado, o governo teve de desembolsar cerca de R\$ 300 milhões a mais para os especuladores e banqueiros, isto é, mais que toda a verba programada para este ano para saneamento, de R\$ 249 milhões.

Bancos dobram o lucro novamente em 2002

No ano passado, os bancos lucraram 7,76 bilhões, isto é, 134,22% mais do que ganharam em 2000. Como se isso não bastasse, apenas no primeiro semestre deste ano, os bancos já dobraram novamente seu ganho em relação ao primeiro semestre do ano passado, lucrando nada menos que R\$ 5 bilhões apenas até junho. São as instituições financeiras as principais agentes e beneficiárias deste processo de especulação contra o real, no qual elas ganham de qualquer forma, seja comprando títulos do governo indexados ao dólar, seja comprando a moeda americana, forçando a sua alta. A continuar este processo, os bancos terão um lucro de mais de R\$ 10 bilhões em 2002, advindos quase que diretamente dos cofres públicos. Agravando este quadro, a arrecadação federal - destinada preponderantemente ao pagamento da dívida - cresce em cima dos pobres (que não têm como escapar do imposto de renda na fonte e dos impostos sobre o consumo de produtos da cesta básica), deixando livres os banqueiros, cuja contribuição ao Fisco caiu 22% de 2000 para 2001.

É esta a distribuição de renda do governo FHC.